

# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 112

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 22 DE AGOSTO DE 2001

ANO XXVII

## Mesa Diretora

**HERMAS BRANDÃO**

Presidente - PTB

**ELIO RUSCH**

1º Vice-Presidente - PFL

**IRINEU COLOMBO**

2º Vice-Presidente - PT

**AUGUSTINHO ZUCCHI**

3º Vice-Presidente - PSDB

**VALDIR ROSSONI**

1º Secretário - PTB

**ANTONIO ANIBELLI**

2º Secretário - PMDB

**CESAR SELEME**

3º Secretário - PPB

**EDNO GUIMARÃES**

4º Secretário - PSL

**NELSON GARCIA**

5º Secretário - PFL

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

## Lideranças

<i>Líder do Governo</i> .....	<i>Durval Amaral</i>
<i>Líder da Oposição</i> .....	<i>Waldyr Pugliesi</i>
<i>PTB</i> .....	<i>Carlos Simões</i>
<i>PFL</i> .....	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i> .....	<i>Sérgio Spada</i>
<i>PMDB</i> .....	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i> .....	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i> .....	<i>Hermes Fonseca</i>
<i>PDT</i> .....	<i>Luiz Carlos Zuk</i>
<i>PSL</i> .....	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PST</i> .....	<i>Divanir Braz Palma</i>
<i>PL</i> .....	<i>Serafina Carrilho</i>
<i>PSB</i> .....	<i>Moysés Leônidas</i>

## Representação Partidária

*PFL - 08: Basílio Zanusso - Chico Noroeste - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró Guimarães; PTB - 09: Ademar Traiano - Algaci Tulio - Carlos Simões - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Justus - Ricardo Chab - Valdir Rossoni - Tiago Amorim Novaes; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PSDB - 06: Augustinho Zucchi - Beraldin - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro - Renato Gaucho - Sérgio Spada; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PSL - 04: Antonio Carlos Belinati - Edno Guimarães - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; PDT - 02: Eli Ghellere - Luiz Carlos Zuk; PL - 02 - Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSB - 02: Moysés Leônidas - Ricardo Maia; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama; PPS - 02: Marcos Isfer - Cezar Silvestri; PSC - 01: Miltinho Pupio.*

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
14ª LEGISLATURA  
ATA DA 075ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
22 DE AGOSTO DE 2001**

(segunda-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Valdir Rossoni e Antonio Anibelli.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Hermas Brandão, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Antonio Anibelli, Ademair Traiano, Ademir Bier, Algaci Tulio, Ângelo Vanhoni, Beraldin, Caíto Quintana, Cezar Silvestri, Divanir Braz Palma, Edson Strapasson, Eli Ghellere, Hermes Fonseca, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Zuk, Marcos Isfer, Nelson Jusuts, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczy, Renato Gaúcho, Serafina Carrilho, Tony Garcia e Waldyr Pugliesi (27). Achando-se ausentes os seguintes senhores deputados: Elio Rusch, Valdir Rossoni, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia, Antonio Carlos Belinati, Geraldo Cartário, Luiz Carlos Martins, Moysés Leônidas, Ricardo Maia, Hidekazu Takayama, Miltinho Pupio, Luiz Fernandes da Silva Litro, Sérgio Spada, Duílio Genari, Fernando Ribas Carli, Carlos Simões, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Ricardo Chab, Tiago Amorim Novaes, Basílio Zanusso, Cleiton Kielese, Chico Noroeste, Durval Amaral, Nelson Tureck e Plauto Miró Guimarães.

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

**SESSÃO.**

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

**O SR. 2º SECRETÁRIO**

Procede à leitura da Ata da sessão anterior.

Era o que continha a Ata.

Porém, senhor presidente, não concordo com a parte da Ata, que afirma que a Mesa se reunia, após V. Exa. ter suspenso a Sessão, para que a Mesa decidisse.

Eu não participei porque não fui convocado por V. Exa..

Era o que continha a Ata, senhor presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Pedi alteração da Ata porque foi uma decisão do presidente.

**O SR. ORLANDO PESSUTI (Para Discutir)**

Senhor presidente, peço para discutir, neste momento, porque tenho de imediato também a mesma questão que é levantada pelo nosso eminente secretário Anibelli. Gostaria que V. Exa., em um primeiro momento, fizesse novamente a leitura daquela parte onde, no início dos trabalhos legislativos, fizemos a questão de ordem, acerca do reinício da Sessão do dia 14; 15 ou do início de uma nova Sessão Ordinária, porque não me ficou bem esclarecido, como a Ata trata aquela questão de ordem, por nós apresentada.

**O SR. 2º SECRETÁRIO (Antonio Anibelli)**  
**(Procedida novamente um trecho da Ata)**

**O SR. ORLANDO PESSUTI**

Senhor presidente, continuo a discutir a matéria. É justamente neste ponto que entendo que a Ata não reflete, não traduz com a fidelidade que precisaria traduzir, aquilo que foi por nós levantado, naquele momento.

Nós, por uma, duas, três, quatro, cinco vezes, fizemos o questionamento, alegando que a Sessão do dia 14, encontrava-se suspensa, conforme as notas taquigráficas da sessão 14; 15, a Sessão nº 69 e que os trabalhos que estavam sendo iniciados por V. Exa., não poderiam se traduzir em uma nova Sessão Plenária Ordinária e, sim, no prosseguimento da Sessão anterior, da Sessão do dia 14.

Nós, na sequência e nesta questão de ordem, todas, isso não está traduzindo na Ata, fizemos uma outra questão de ordem, dizendo que gostaríamos que a Mesa desse conhecimento a esse Plenário e ao parlamentar que fazia a questão de ordem, em que dispositivo regimental a Mesa tinha se baseado para encerrar a Sessão nº 69, no gabinete da presidência.

Então isso não está sendo refletido na Ata. A Ata não traz esse questionamento nosso e nem a resposta da Presidência.

Portanto, tenho dificuldade para entender que essa Ata esteja completa, entendo que ela está com algum problema.

Até pergunto a V. Exa. se é necessário, obrigatório, que nós neste instante deliberamos sobre a aprovação da Ata ou se pode V. Exa. transferir a aprovação da Ata para o final desta Sessão, liberando uma cópia a nós, para que a gente possa, com um pouquinho mais de tempo, se bem que o deputado Antonio Anibelli fez a leitura com toda a tranquilidade de clareza, se tem como deixarmos para daqui a alguns instantes ou ao final desta Sessão, a deliberação sobre a aprovação da Ata?

É esse o questionamento que eu faço a V. Exa.

Primeiro, que faltou constar esta questão de ordem: qual o dispositivo regimental utilizado pela presidência para encerrar em seu gabinete a Sessão Plenária, do dia 14, prosseguida até o dia 15.

E, evidentemente, a resposta que V. Exa. deu também não consta da Ata.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Nós assumimos esse compromisso com V. Exa. e com toda a Casa, que todas as questões de ordem serão respondidas por escrito a que V. Exa. receberá.

Volto a afirmar para ficar registrado na Ata da Sessão de hoje. Esta presidência entendeu, como o requerimento aprovado pela Casa, pela Mesa, por todos os seus parlamentares que a Sessão teria continuidade até às 14h do dia 15. E como esta presidência não teve condições de vir ao plenário para declarar que estava encerrada a Sessão, o presidente usou de suas prerrogativas e encerrou, anunciou no seu gabinete, na presidência.

Tanto é que posteriormente convocando uma reunião para o dia 16, às 9h30min conforme encaminhado aos seus líderes partidários, abrimos a Sessão, dia 16 com a presença do deputado Ademir Bier secretariando, o deputado Valdir Rossoni e este presidente, quando a presidência tomou a decisão que não havia condições, não de segurança, condições para realizarmos a Sessão suspendemos, convocamos uma nova Sessão, para segunda-feira, na Hora Regimental.

Solicito que isso fique registrado nas Anais da Casa, na Ata, para que V. Exa. tenha todas as informações. E esta presidência assume mais uma vez o compromisso de encaminhar a V. Exa., e a todos os parlamentares que fizeram a questão de ordem, que solicitem que fosse respondida por escrito, será oferecida a resposta aos senhores parlamentares.

Como também, outra questão de ordem de V. Exa. para deixar para posterior a votação: regimentalmente não é permitido.

Então, temos que colocar em discussão, em votação a Votação.

**O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem)**

Só para concluir, já que esta é a oitava vez que falo desse assunto. Espero que V. Exa. não se canse, porque nós não nos cansamos ainda. Mas insisto para que fique esclarecido. Confesso a V. Exa. que no decorrer da semana procurei ler no Regimento. Não sei se não tenho tido boa visão.

Mas, confesso: não encontrei no Regimento nenhum dispositivo que autorize o presidente a encerrar uma Sessão no seu gabinete. Porque se ele autoriza a encerrar, daqui a pouco o presidente estará autorizado a convocar e abrir uma Sessão no seu gabinete.

Gostaria de saber em qual dispositivo regimental a Mesa se baseou para declarar encerrada a Sessão.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Eu tinha autorização da Casa, dos senhores parlamentares que a Sessão seria até às 14h00. E quero consultar V. Exa. também onde está no Regimento que eu não posso encerrar lá na presidência, se não tinha condições de vir até aqui no plenário V. Exa. sabe que não tinha condições. O nosso plenário estava tomado e V. Exa. é testemunha disso.

**O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (Para Discutir)**

Senhor presidente, apenas gostaria de solicitar a V. Exa..

Ouvi atentamente a leitura da Ata feita pelo deputado Antônio Anibelli e gostaria que V. Exa. determinasse apenas que fosse incluído na Ata lida pelo senhor 2º secretário a questão de ordem que fiz na Sessão e que V. Exa. deferiu prontamente. Não está constando na Ata.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Defiro seu pedido para que seja incluído na Ata.

**O SR. LUIZ CARLOS ZUK**

Senhor presidente: nós que somos esportistas e que conhecemos tanto futebol, quanto basquete, handebol e futsal sabemos que quando tem um prazo de 20 minutos para um tempo e 20 minutos para o segundo tempo, e o juiz suspende a partida, automaticamente a Mesa lacra o cronômetro e está suspenso temporariamente.

Vossa Excelência suspendeu a Sessão, conseqüentemente não seria às 14h00 que iria se encerrar a Sessão da prorrogação. Iria se encerrar se o senhor instalasse a Sessão e daí complementasse o tempo daquele requerimento que seria, realmente, a Sessão no meu entender. Queria que V. Exa. esclarecesse.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Fica registrado a sua verificação, mas indeferido a sua solicitação.

**O SR. WALDYR PUGLIESI**

Senhor presidente, nós vivemos um momento único nesta Casa; e V. Exa. haverá de convir que a Ata é o resumo de tudo aquilo que aconteceu.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Vou encaminhar a V. Exa. não só as Atas, como também as notas taquigráficas de todas as Sessões realizadas. A presidência desta Casa não tem interesse de esconder nenhum fato. Estará tudo à disposição de V. Exa. e de todos os parlamentares.

**O SR. WALDYR PUGLIESI**

Não estou falando nada neste sentido, senhor presidente. O senhor haverá de convir que nesta batalha que foi travada, muitas coisas talvez não estejam colocadas da maneira que aconteceram. Tem a questão de ordem, por exemplo, quando se questionou se a Sessão estava suspensa ou encerrada, é fundamental. Porque pretendemos fazer o questionamento a respeito deste assunto.

Estou, neste momento, querendo dizer o seguinte: nós estamos dentro de uma Sessão, que com a ausência total dos grandes vencedores dessa batalha, derrotaram flagorosamente o povo do Paraná. Então, gostaria que tivéssemos acesso a esta Ata. Vamos dizer imediatamente para se alcançarmos alguma coisa com a qual não pudéssemos concordar com aquilo que está colocado pudéssemos

mos... esta é a questão de ordem que eu coloco: pode a Ata ficar sem ser aprovada, nesse exato momento, e de acordo com o Regimento Interno, ou ela poderá ser aprovada a *posteriori* dos trabalhos que nós estamos desenvolvendo aqui? V. Exa. poderia suspender a Sessão por alguns instantes, se for o caso.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

O artigo 88 fala o seguinte: “A Ata da última Sessão, verificando-se a presença de 1/3 dos membros da Assembléia, o presidente declara aberta a Sessão sendo lida e coloca em discussão a Ata, a qual não havendo discussão será dada como aprovada.” Parágrafo 1º: - “A discussão da Ata não deverá exceder a hora do expediente, a primeira da Sessão.” O Regimento não fala mais nada, que se pode postergar.

O SR. CESAR SILVESTRI (**Pela Ordem**)

Vossa Excelência, deferiu alguns questionamentos que foram feitos anteriormente. Como ficaria, no caso, a Ata seria corrigida e depois nós votaríamos?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Determinei a correção. Na Ata da Sessão seguinte serão feitas as correções.

O SR. CESAR SILVESTRI

Então nós votaríamos e as correções seriam feitas na Ata seguinte?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Estão determinadas as correções.

Eu farei as solicitações.

O SR. CAÍTO QUINTANA (**Pela Ordem**)

Quería fazer uma sugestão, presidente, o senhor vai determinar que sejam feitas as correções levantadas, no meu entendimento o que importa, numa Ata, não é se foi suspensão ou se houve o encerramento de uma Sessão, é que conste, com clareza na Ata, as questões de ordem que foram levantadas e o que V. Exa. respondeu na hora.

Mas a minha sugestão seria que V. Exa., ao voltar com a Ata com as correções, determinasse a anexação, na Ata, das notas taquigráficas daquela discussão.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Já determinei não só a Ata, também as notas taquigráficas da discussão serão encaminhadas a V. Exa.

O SR. ORLANDO PESSUTI (**Questão de Ordem**)

Senhor presidente, colhendo a manifestação inclusive de V. Exa. há instantes atrás, quando nos questionava que se não tem nada que o permite para fazer o encerramento, também não tinha nada que o impedia de assim proceder. Diante dessa questão e ouvindo agora, atentamente, a leitura que V. Exa. fez da questão da discussão

da Ata, V. Exa. também afirmou: aqui não tem nada que diz se pode ser adiada. Então, como naquela outra questão não tinha nada, ela não proíbe que suspenda a Sessão, por alguns instantes.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está suspensa a Sessão para V. Exa. tomar conhecimento.

**(Suspensa a Sessão)**

**(Reaberta a Sessão)**

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está reaberta a presente Sessão.

O SR. ORLANDO PESSUTI (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, solicito a V. Exa. que determine para que faça parte da Ata estas sessões que estão sendo discutidas, do dia 20, do dia 14 e do dia 15 de agosto.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Perfeitamente. Esta presidência, inclusive, coloca à disposição dos senhores parlamentares.

Em votação a Ata.

**Aprovada.**

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Com o voto contrário do deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Registro o voto contrário do deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (**Pela Ordem**)

Apenas para registrar as presenças do vereador presidente da Câmara Municipal de Realeza, Noimar Rampanelli; do vereador, Ademar Lotici e do Vereador Zulmair Zucchi, meu irmão.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Esta Casa recebe-os, com satisfação, e fica registrado nos Anais.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede a leitura do seguinte

#### **EXPEDIENTE:**

#### **Requerimentos:**

##### **REQUERIMENTO Nº 2450**

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o plenário, seja concedido tempo de 10 (dez) minutos no grande expediente da Sessão Ordinária de 15/08/2001, para que o senhor Madson de Oliveira, presidente da União Paranaense dos estudantes - UPE, possa

fazer uso da tribuna desta Casa de Leis, discorrendo sobre questões da referida entidade.

Sala das Sessões, em 22.08.2001.

(a) HERMES FONSECA

#### REQUERIMENTO Nº 2471

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a sua inscrição no grande expediente da Sessão Ordinária desta quarta-feira, dia 15/08/2001.

Sala das Sessões, em 22.08.2001.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

#### REQUERIMENTO Nº 2499

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, conforme disposto no artigo 90 e 91 do Regimento Interno desta Casa, após ouvido o douto plenário, que tendo escoado, com folga, o prazo destinado ao expediente das Sessões Públicas desta Casa, que V. Exa. dê prosseguimento à Sessão, passando imediatamente à matéria destinada à Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 22.08.2001.

(a) HERMES FONSECA

#### O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Finda a leitura do Expediente.

No Pequeno Expediente, com a palavra o deputado Caíto Quintana.

#### O SR. CAÍTO QUINTANA

Senhor presidente, senhores parlamentares.

Nós aqui que tivemos até o presente momento, bem como os posicionamentos que o Bloco da Oposição ou o Bloco da Resistência a favor do projeto popular contra a venda da Copel, tiveram, têm e continuarão tendo a respeito deste assunto.

Quero registrar inclusive, que este Bloco estuda, como já anunciaram seus representantes, medidas jurídicas necessárias para anular o resultado da votação do projeto de iniciativa popular e todas as demais medidas que eventualmente venham a ser propostas, tanto por parlamentares quanto por entidades ou por cidadãos do Estado do Paraná.

No entanto, senhor presidente, senhores deputados, tínhamos no dia 13 de agosto de 2001, prevendo a eventualidade da derrota do projeto de iniciativa popular, colhido apoio para um projeto de lei, que altera o artigo 7º, da Lei nº 12.355, de 08.12.98, porque no artigo 7º, aprovado por iniciativa do Poder Executivo e do Legislativo, diz no seu inciso I, que: 70% dos recursos auferidos com a venda da Copel, serão primordialmente aplicados na área de previdência do Estado.

Ora, o termo “primordialmente” vago, porque 10%, 5%, 15% ou 20% podem ser interpretados como

primordial para a capitalização do fundo. Sinto-me profundamente à vontade para apresentar no dia de hoje, este projeto de alteração, dizendo que 70% no mínimo do auferido com a venda da Copel, seja aplicado na área de previdência do Estado, porque vi ontem e hoje palavras do governador do Estado justificando as razões da venda da Copel, atribuindo ao peso que representa na folha os aposentados, dizendo que 70% será aplicado no fundo de previdência do Estado do Paraná, na área de previdência.

Portanto, nada mais justo que esta Assembléia, independente dos questionamentos judiciais que nós venhamos fazer, nada mais justo que a lei determine com precisão que no mínimo 70% desses recursos serão aplicados no fundo. O mérito da discussão sobre quanto gasta com a aposentadoria, quanto não gasta, o mérito da discussão sobre quem tem responsabilidade quem não tem, nós podemos discutir em outra ocasião no entanto o que nós não podemos é enganar a opinião pública do Paraná, dizendo que o Fundo compromete as finanças do Estado, que as aposentadorias comprometem as finanças do Estado, que os recursos serão aplicados no Fundo de Pensão e a lei não determina exatamente isto.

Então perguntava-me inclusive, um repórter se daria tempo de aprovar esta lei antes do leilão da Copel. Primeiro eu não acredito no leilão da Copel: acho que dará tempo de revogarmos a decisão que aqui se tomou, mas se não acontecer e a Copel for privatizada, tempo nesta Casa é uma questão de interesse público.

Se existir interesse político de fazê-lo na semana que vem este projeto poderá estar aprovado e o governo, pelo menos, liberando a sua base para aprovar, estará mostrando que não está mentindo para a população.

Concluo, dizendo o seguinte: nós temos a obrigação da transparência, se o Fundo precisa de capitalização, vamos dizer na lei para este e os futuros governos que 70% do auferido pela Copel, vai para o fundo, se não daqui a pouco o Fundo fica sem fundo e o Paraná vê sumir o dinheiro da venda da Copel.

Muito obrigado.

#### O SR. NEIVO BERALDIN (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, na semana que passou esta Casa aprovou requerimento convocando a presidência da Sanepar e os seus diretores. Tendo em vista o embate da Copel, nós protelamos esta convocação.

Queria indagar a V.Exa. qual o dia determinado para que a Sanepar esteja aqui?

#### O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Nós já fizemos o entendimento; só para deixar público aqui para todos os senhores parlamentares, será na próxima terça-feira.

Terça-feira nós estamos determinando a presença dos diretores da Sanepar.

Com a palavra, deputado Luiz Carlos Zuk.

**O SR. LUIZ CARLOS ZUK**

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Testemunho foi o Brasil e até parte de outros países, onde chegou a imagem da reunião da tarde de ontem, de que nós aqui no Paraná e principalmente os responsáveis pelo Governo, fizeram uma medida totalmente alheia ao sentido democrático que nós representamos.

Cada um dos senhores deputados que aqui está e aqueles que aqui não se encontram, mas que tem o seu mandato eletivo, são representantes do povo. E infelizmente, o povo aqui não pôde, no dia 20.08.2001 entrar.

Testemunhamos que nas galerias desta Casa e nas nossas tribunas de honra, se encontravam “pelegos” do governo”; seguranças pagos às custas do Palácio Iguaçu, pessoas desclassificadas em termos de representação popular porque ocupam função pública e recebem dinheiro do povo.

Os estudantes que tínhamos um acordo, naquela sua retirada deste Plenário; comissão de deputados negociamos, ponderamos, também não concordamos com diversas coisas que ocorreram, mas o fato estava acontecendo e para sanar o fato, fizemos as ponderações necessárias, que daríamos a eles, a condição pela qual os seus representantes aqui estariam; não puderam entrar.

Nos corredores da nossa Casa, parecia “bailão”. Era igual “gafieira”. Um segurança em cada canto, para não dar briga ou alguma coisa que acontecesse, que realmente não concordamos.

No plenário desta Casa e lá em cima, na última galeria, na primeira fila, seguranças sentados do começo ao fim.

Foi esse o clima que os senadores, deputados federais, vereadores e prefeitos do Paraná, testemunharam.

A imprensa aqui presente, registrava tudo e a todos. E nas imagens que verificamos, depois, na nossa residência, notamos um fato que passou despercebido, um fato aonde, a presença do governo quase invisível, era transparente. Por quê? Porque vimos de que defendendo o povo, falando pelo povo, estavam componentes do bloco de resistência. Defendendo o governo, defendendo aquilo que é indefensável, que é mentira, se encontravam os outros senhores parlamentares.

E hoje, senhor presidente, senhores deputados, mais uma mentira na minha cidade de Ponta Grossa. Um deputado com a cara que realmente não possui, estava na rádio dizendo o seguinte: “de agora em diante, com a venda da Copel, tenham a certeza que os postos de saúde, que não tem médico, vão ter: que a falta de remédio, não existirá; que a segurança que não existe na nossa cidade, na região, vai ter policiais, armamento e vai ter verba para tudo. A saúde, a segurança não vai faltar. Mas o primordial com a venda da Copel é educação, vamos ter verba, para não faltar nada”.

Antes, era “barganha”, troca de voto por alguma coisa, agora, depois da votação, é posição oficial que vai regulamentar a saúde, a educação, a segurança, tudo. Lá na minha cidade, na minha região, está tudo solucionado.

Único impasse que tinha do governo não atender tudo que reclamamos, era porque Copel precisava ser vendida.

Senhores deputados, pena que o deputado aqui não se encontra, por isso não falo seu nome, falarei em outra oportunidade, quando ele aqui estiver, para me dizer qual é o meio que ele vai solucionar a saúde, a educação, a segurança, o investimento, o desemprego? Qual é a maneira que ele vai fazer?

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Consulto o nobre deputado se vai usar o horário da Liderança do Partido?

**O SR. LUIZ CARLOS ZUK**

Uso o Horário da Liderança do PDT.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Concedido.

**O SR. LUIZ CARLOS ZUK**

Muito obrigado, presidente.

Qual é a maneira mágica que ele vai solucionar tudo isso?

Qual é maneira que vai ser implantada a Faculdade de Medicina? Se os cursos que lá têm, não tem verba nenhuma! Que o Secretário Ramiro cada dia é “cutucado” pelos professor, pelos alunos, pelos funcionários da nossa instituição maior de ensino e não atende. Falta papel nos banheiros da nossa instituição.

Se não é a prestação de serviço feita pela nossa Universidade Estadual de Ponta Grossa, não tem recurso nenhum.

O governo é mentiroso! O governo realmente não cumpre nem com os cursos que têm, e fala em implantar outro.

Mentiroso! Diz que vai liberar este ano e nos próximos anos, verbas para implantação do curso. Mentiroso! Faltam oito meses; ou nove ou dez: para ele sair do Palácio “chutado” pelo povo.

Quero ver na transmissão de posse, quando lá estiver o representante do povo, eleito com a vontade da maioria do Paraná, assumindo o cargo de governador, como será a saída desse cidadão chamado Jaime Lerner, do Palácio.

Não vai ter um helicóptero, vai ter que ir igual a nós todos, pela porta principal, saindo na rua, pegar o automóvel e ir para a sua casa. quero ver ele fazer isso.

Vamos ver o que o povo vai fazer com ele depois de tudo o que ele fez com o povo: com o funcionário público, com a Polícia Militar, que ontem vimos chorando de vergonha pelo que estava fazendo.

Chorando de vergonha, por estar batendo em estudante, em chefe de família, em mulher! Chorando ali, a televisão transmitiu!

Chorando de vergonha, porque tem caráter, porque estava oprimido, mandado, fazendo uma coisa contra sua

vontade, mas a favor de uma razão maior, que o seu superior determinava.

Quero ver esse governador que humilha funcionários públicos, mente para os prefeitos com convênios que não paga: não realiza nada no interior do Estado.

E ele com a maior “cara de pau”, foi a televisão ontem e disse o seguinte: “atendendo indistintamente o Paraná”.

Citou a minha cidade de Ponta Grossa, citou Londrina e outras cidades, comunidades que não tem a representação do seu Partido, na Prefeitura, ou de Partido aliado.

Ponta Grossa, é uma cidade independente em qualquer sentido. O povo de lá é um povo ordeiro.

Eu que fui prefeito da minha Ponta Grossa....

O governo tem que devolver à minha cidade, o que ela paga de impostos, paga de ICMS, como fez o deputado Nelson Justus, quando o Paraná foi mostrado para investimento por estrangeiro.

Lá estava Ponta Grossa!

A mão do Nelson Justus como secretário. Começam dizendo: ele que é da família de Ponta Grossa, nós temos um município que é vitrine do Mercosul. Situa-se demograficamente, no corredor de exportação do Porto de Paranaguá; é uma cidade que a população dá os seus investimentos, principalmente na atração daquelas propostas que vocês apresentaram, e assim o fez Nelson Justus.

Levou a Tetra Park, levou a Sadia, levou inúmeras indústrias que são orgulho nosso como a “Maciça” inúmeras outras.

Mas foi o Jaime Lerner que deu? Não.

Foi a incompetência administrativa do secretário, oferecendo o que queriam as empresas estrangeiras, pela localização principalmente pelo secretário, representando o governo, mas também tendo como parte do governo e da população da nossa cidade.

Não foi nada de graça. Foi terreno, foi terraplenagem, foi infra-estrutura de asfalto, foi água, foi luz, foi saneamento básico, enfim, tudo que o povo e Ponta Grossa pagou. E não o que o Jaime Lerner deu. Mentiroso.

Senhor presidente, vou me inscrever no Grande Expediente, da próxima semana, quero que me inscreva já, para ter a oportunidade de dar o aparte ao ilustre Ademar Traiano.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

V.Exa. só me fale o dia que quer, para fazer a inscrição.

**O SR. LUIZ CARLOS ZUK**

Ótimo. Quero falar na terça-feira.

Darei a oportunidade, não só ao Ademar Traiano, mas a todos os companheiros, inclusive o deputado ausente, da minha cidade, nesta tarde.

Quero discutir os investimentos no Paraná, quero desmascarar esse governo com a presença do deputado

Nelson Justus, acredito me honrará na próxima terça-feira. Vou desmentir o governador, vou mostrar o que ele dá de incentivo e o que nós damos. Os municípios do Paraná, seja Londrina, Maringá, Ponta Grossa, nós conhecemos por dentro a verdade do investimento feito e principalmente do lucro auferido tanto pelo município, mas muito mais pelo Estado do Paraná.

Muito obrigado!

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Só para informar V. Exa.. Poderei conceder a palavra no Grande Expediente de segunda ou quarta-feira para V. Exa., porque na terça-feira será ouvida a diretoria da Sanepar.

**O SR. LUIZ CARLOS ZUK**

Quarta-feira, senhor presidente.

Muito obrigado!

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Quarta-feira. Inscrevo o deputado Luiz Carlos Zuk para o Grande Expediente de quarta-feira.

Ainda no Pequeno Expediente, deputado Hermes Fonseca.

**O SR. HERMES FONSECA**

Senhor presidente, senhores deputados, senhoras deputadas, senhoras e senhores.

Embora estejamos vivendo os dias de ressaca da insensatez, da imprudência, da falta de seriedade do resultado da Sessão histórica desta Casa, que derrubou o Projeto de Iniciativa Popular, o primeiro da história do Parlamento Estadual Brasileiro, nós nos sentimos, felizes a cada momento que abrimos o nosso computadores. Eu e minha filha, que me acompanha muito, recebemos e-mail's de todos os cantos deste Paraná, nos cumprimentando pela nossa posição firme em defesa do povo e repudiando, veementemente, aqueles que serviram de instrumento do Palácio Iguazu, para vender o patrimônio mais rico deste Estado.

A propósito disto, senhor presidente, o que quero registrar aqui, é uma matéria que saiu na Folha do Paraná de hoje, e na Folha de Londrina, e que diz: “O Instituto Médico Legal de Cornélio Procópio está sem médicos.

O Instituto Médico Legal de Cornélio Procópio está paralisado há vinte dias por falta de médicos. No dia três deste mês, os dois legistas que ocupavam a função, pediram demissão do cargo. A justificativa deles é que falta estrutura adequada e o salário de um médico, estimado entre R\$600,00 e R\$800,00 é incompatível com a função. É a segunda paralisação do Órgão neste ano...”

Quero registrar isso, para mostrar a contradição desse governo. A Secretaria da Segurança Pública, embora cobrada por quinze municípios, para os quais o IML de Cornélio Procópio presta serviços, deixando, portanto, desassistidos quinze municípios daquela Região, paga a quantia irrisória de R\$600,00 a

R\$800,00 pelos médicos legistas e a Secretaria da Segurança Pública não provê um Instituto Médico Legal nem com médicos e nem com materiais, porque está aqui no texto que os materiais que devem ser usados nas perícias, nas autópsias são fornecidos pelas funerárias de Cornélio Procópio e da região. Não tem dinheiro para manter funcionando o IML de uma região administrativa do Estado. É de se perguntar quanto custou a operação da Polícia Militar de sitiar a Assembléia Legislativa?

Quando custou essa operação militar?

Estou me manifestando neste plenário, mas vou fazer um requerimento à Mesa para que o senhor secretário da Segurança Pública informe a esta Casa qual foi o preço dessa operação violenta das Sessões que nós presenciamos.

Acredito que somente com o que foi gasto só com a movimentação desse pessoal, não com a sua disposição, mas com a movimentação de todos os cantos de Curitiba para cá, nos plantões que mantiveram aqui no domingo, seria o suficiente para manter esse instituto funcionando pelo menos, um ano.

Vimos à tribuna para dizer que vamos fazer esse requerimento, e espero que a Casa aprove. É preciso, de uma vez por todas, que este Parlamento mostre a sua independência e a sua autonomia nas questões que são prerrogativas nossas.

Se o governo não presta informação dos seus atos ao Parlamento, ele não vai prestar nunca informação ao povo, que é exatamente aquilo que se questiona hoje.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Consulto V. Exa. se fará uso do horário do seu Partido?

**O SR. HERMES FONSECA**

Não.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Então, V. Exa. tem um minuto.

**O SR. HERMES FONSECA**

Muito obrigado, senhor presidente!

Portanto, é preciso que o governador aprenda que a democracia, para que seja verdadeira, é preciso que ele e o seus seguidores, e os seus secretários, inclusive, tenham responsabilidade com esta Casa, tenham responsabilidade com a Constituição Estadual, tenham responsabilidade com a Constituição Federal. E quando inquiridos, eles devem prestar as informações, conforme dispõe o texto constitucional.

Muito obrigado!

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Com a palavra o deputado Waldyr Pugliesi.

**O SR. WALDYR PUGLIESI**

Senhor presidente, o meu pronunciamento, hoje, nesta Casa, gostaria que não fosse parecido com isso que está acontecendo aqui.

Um dos reis da França, Luiz XIV, falou o seguinte: “Depois de mim... o dilúvio”.

Depois daquilo que fizeram nesses dias, na Assembléia, acredito que o Paraná não vai ser mais o mesmo, não vai ser, nem esta Assembléia, senhor presidente. Coisas aconteceram aqui e no Paraná, aqui dentro, aí fora, que balizarão outro tipo de comportamento, ganhamos em qualidade política.

E quero dizer, senhor presidente, que nós da Oposição, do Bloco de Resistência, não nos consideramos derrotados, de maneira nenhuma. Portanto, a nossa palavra, ela não é derrotista. A nossa palavra é de confiança no amanhã do Paraná.

Essa é a certeza que temos, apesar de tudo aquilo que aconteceu. Porque voltamos em determinados momentos, aos piores instantes da ditadura militar. A violência que cansamos de ver naquela época, e que finalmente derrotamos, apareceu de novo, deputado Augustinho Zucchi. V. Exa. ainda há alguns dias atrás estava rememorando um pronunciamento que fiz há vinte anos na CEU, levantando o espírito de luta, que deve ser inquebrável, no meio da população.

O Paraná, se quiser, tira desse episódio força suficiente para robustecer mais o seu caráter. O nosso discurso é nesse sentido, apesar de termos um governo incompetente, insensível, desligado do povo, que só agora com a possibilidade dos recursos chegarem, está dizendo que vai resolver todos os problemas. Não resolverão. Não resolverão. Não é esse o objetivo desse governo.

É lamentável, que depois de uma batalha dessa, quando o povo olhando nos olhos dos deputados da situação, viram que não seriam correspondidos, não os têm presentes, nesta Casa. Foram para onde? Estão cansados de quê? O estresse foi muito grande, em relação àquilo que eles tiveram que assistir, aqui. Foi um momento único, pelo menos, nesse período legislativo.

Essas promessas lamentáveis, que vi ainda na televisão: hoje o governador tentando argumentar, tendo dificuldade para articular as respostas que o Paraná todo estava esperando, daquela conversa de novo, que o Governo Federal é que manda aqui. Onde está o peculiar interesse do Paraná? Onde está o ardor do Paraná, para se levantar contra aquilo que lhe impõe? Será que perdeu de vista os exemplos daqueles que nos antecederam?

Senhor presidente, senhores deputados: nós escrevemos uma página na história do Paraná, todos nós, com as nossas limitações. Como líderes das oposições, guiado pelos companheiros, a este posto, e pelo destino, ter que estar nessa posição, nesse momento, quero escrever uma página a cada um dos nossos combatentes, às nossas duas deputadas.



O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Consulto a V. Exa., se fará uso da palavra, no horário do PMDB?

O SR. WALDYR PUGLIESI

Uso o horário do PMDB, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Concedido.

O SR WALDYR PUGLIESI

Eu me sento orgulhoso! Nessa batalha toda que travamos, ninguém, pelo menos no meu entender, quis ser mais do que ninguém. Todos nós nos nivelamos. Por que queríamos concretizar o quê, senhor presidente? Queríamos que a Copel não fosse vendida. Como ainda continuamos nessa batalha, para impedir que isso aconteça. Tenho que dar esse testemunho aqui.

Desde aqueles, que chegando apenas agora na Assembléia como incidentes, até os mais experientes, todos se superaram. Todos deixaram de lado vaidades pessoais - é bom que se registre isso.

Todos se levantaram, cresceram e se altearam nessa batalha que travamos.

Reconheço as posições daqueles que são defensores do desmonte do patrimônio público - neoliberalismo, no meu entendimento, senhor presidente.

Senhores deputados Nelson Justus e Ademar Traiano, que estão nesta tarde, aqui na Assembléia Legislativa, pelos quais tenho apreço e respeito, o neoliberalismo é o pai da fome, da miséria e do desemprego. Onde ele se instalou foi esse o resultado que o povo dessas nações conseguiram. Nós não concordamos com isso.

Nós perdemos o nosso linguajar, na globalização; perdemos a nossa maneira de ser; não queremos nos colocar contra a globalização como a colocou, mas nós não podemos nos ajoelhar diante daqueles que são os exploradores do nosso povo.

Nós não temos dinheiro, senhor presidente, para a saúde, a educação, a habitação e, não é a venda da Copel que vai fazer isso.

A grande verdade é que neste País, que tem capacidade para pagar 100 bilhões de juros por ano, não tenha miseráveis recursos para dar um aumento que não envergonhasse os trabalhadores.

Esse presidente da república aí, está anunciando 3,5%, depois de 6, 7 anos sem dar aumento, vem com essa piada que deveria ser registrada no livro "Guiness", de estupidez.

Senhor presidente, aqui nesta Casa vimos momentos de grandeza; acontecimentos que ficaram pelo menos na memória daqueles que estiveram aqui, registrados. Mas, gostaria de continuar no meu raciocínio.

Um governo não tem força para impor a vontade do povo brasileiro, uma Nação que daqui a pouco estará aí com quase 200 milhões de habitantes, curva-se de uma maneira atroz.

O pior de tudo isso é que aqueles que nós achávamos que na realidade iriam entregar esse País como imaginávamos, não o fizeram, foram superados pelo governo Fernando Henrique.

Uma política que faz com que o Banco Central baixe uma Resolução proibindo que nós brasileiros, através do BNDS possamos emprestar dinheiro para estatais brasileiras. Mas, podemos empregar o dinheiro do Fundo de Assistência do Trabalhador àqueles que vêm aqui comprar, com o nosso dinheiro, patrimônios que foram construídos por nós, e depois remeter o dinheiro que vão ganhar com o aumento das tarifas, lá para fora.

Olha, é um governo sem espinha dorsal, parece-me que não calcificaram o seu esqueleto. Parece um esqueleto de maria-mole. Esse, acho que é o material que nós estamos vendo nesses que estão governando o País.

Estão argentinizando o País.

Não gostaria que o Paraná prosseguisse nesse caminho, porque aquilo que nós estamos vislumbrando lá na frente...

O poeta Tiago de Mello, lá pelas tantas, diz o seguinte: "... que deveria se baixar um Decreto, proibindo que matassem o sol das manhãs vindouras".

Se continuarmos nessa batida fugindo dos enfrentamentos que devemos ter, onde chegaremos?

Falar que há necessidade de se vender uma empresa estratégica, competente, lucrativa, não nos convence de maneira nenhuma! Por que não chamar o Paraná todo? Tem muita gente que tem muito dinheiro neste Estado, apesar de terem mandado bastante lá para fora, ainda têm muito! Por que não chamar o empresariado do Paraná, para que tendo as mesmas vantagens que tiveram aqueles que vieram de fora, pudessem numa grande parceria com a Copel, com o Poder Público, com a alma do povo paranaense construímos tudo aquilo que necessitamos para o nosso desenvolvimento?

Senhor presidente, quero deixar aqui uma palavra de estímulo, de esperança. Não fomos derrotados. O que eu quero dizer a todos os companheiros é o seguinte: nós temos uma proposta. Nós oposicionistas devemos ter competência para sentarmos à mesa e escrevermos uma proposta que interesse aos mais variados segmentos do Paraná. E com esta proposta escrita pelas mãos do povo através das melhores cabeças, que possamos alcançar, trabalhar no sentido da unidade dos Partidos que cresceram, daqueles que dentro do bloco de resistência mostraram a sua verdadeira face ao Paraná; apresentarmos logo mais, aos milhões de eleitores do Paraná, uma proposta clara, transparente, um novo caminho de desenvolvimento. Aí, sim, com o poder nas mãos, assumindo o Palácio Iguaçu, todos nós teríamos a oportunidade de mudar os rumos que estão sendo obrigados a seguir as mais variadas tendências de pensamento, no Paraná.

Então, o governo ganhou a eleição; não questionamos isso. Questionamos a sua maneira de governar, que logicamente não bate. Como é que pode alguém que quer

vender a Copel ter o mesmo pensamento daqueles que levaram 50 anos para construir?

Então é esta a proposta que nós devemos colocar ao Paraná. Dirão que é utópico. Quem não acredita nas coisas impossíveis, não sonha. E quem não sonha, não vive. É um morto vivo. Nós fazemos esse apelo.

Gostaria de dizer que nós temos experiência, temos um acervo de conhecimentos acumulado ao longo de todos esses anos, e nós podemos materializá-los. Dar alma às nossas propostas. Não ficarmos na coisa distante, sem sentir, sem sangue, sem nervos, sem o pulsar daquilo que na verdade carregamos dentro de nós.

Olha, esta proposta escrita, colocada de maneira competente para o povo do Paraná, poderá nos dar essa possibilidade de amanhã, aqui, assumindo o governo do Estado, e em Brasília, virando esse jogo, e pegarmos, por exemplo esses entraves que os governantes colocam para impedir o acesso da população à cidadania, nós viramos esse jogo.

Eu me lembro dos acontecimentos lá de trás, federação das mulheres, espatifada, os direitistas e machistas trombetaram vitória: “-Derrotamos as mulheres, colocamos elas desorganizadas”! Fizeram isso com a federação das mulheres! Fizeram isso com a União Nacional dos Estudantes! As mulheres estão aí, cada vez mais atentas para a obrigação que elas têm de ocupar o espaço que está, historicamente, reservado a elas!

Acredito na imprensa, acredito na organização popular, acredito na mobilização popular, jovens se reunindo! Agora esse governo direitista, neo-entreguista que pegou uma dívida de 53 bilhões agora há pouco, e já está batendo na casa dos 700 bilhões! Esse governo nacional golpeia, pretendendo golpear de morte a União Nacional dos Estudantes que está com o seu pedestal na história de lutas deste País! Estão querendo interferir para desorganizar todos os segmentos que na realidade têm condições de mudar os rumos da nossa História! Nós queremos ser os autores da nossa História, nós não queremos que nenhum Busch imbecil, venha aqui, quando o mundo se levanta na defesa do meio ambiente, da água, do ar e da vida, ele está tomando decisões para destruir a vida em verdadeiros santuários que ainda existem no mundo, nós não concordamos com isso!

Concedo aparte ao deputado Nelson Justus.

#### O SR. NELSON JUSTUS

Muito obrigado, deputado Waldyr Pugliesi, eu quero, inicialmente agradecer a gentileza e a fidalguia do aparte e desejo cumprimentá-lo.

Aliás, conheço o seu discurso de longa data, e V. Exa. sempre teve muita coerência, fidalguia em todos os pronunciamentos que fez. Não me recordo de jamais ter faltado com o respeito com quem quer que seja, nesta Casa, e não esperava nada diferente de alguém que sempre teve a mesma postura, como V. Exa. O que não impede, naturalmente, que as divergências ocorram. Para isso existe o Parlamento, esse é o lugar onde se parla,

onde se discute e onde não existem também, muitas coincidências de pensamento de pessoas que sentam-se de diversos lados.

Nós também não queremos, de maneira alguma, deputado Pugliesi! Não somos favoráveis a qualquer tipo de entreguismo ou neo liberalismo, como se afirma radicalmente. O que não podemos, neste momento, deputado Waldyr Pugliesi, é por conta de uma comoção popular, procurarmos impingir às pessoas que são favoráveis a um projeto, a pecha do demônio, e àqueles que são contra a pecha, de anjo. Não! A emoção do momento não pode nos levar a isso! Temos, sim, que discutir, como bem disse V. Exa., o aspecto técnico, o aspecto político, o aspecto vivo do momento que vive o País, que vive o Paraná.

Posso afirmar, deputado Waldyr Pugliesi, que nós avançamos, muito, na questão financeira do nosso Estado, posso afirmar que a Secretaria de Transportes não deve um centavo sequer a quem quer que seja. Posso afirmar que, com ou sem a venda da Copel, todas as dívidas do nosso Estado, até o final do ano, estão quitadas. posso afirmar, deputado Waldyr Pugliesi, que nós também não desejamos o caos, desejamos essa conversa e aplaudimos esse projeto que o partido de V. Exa. se propõe a expor, publicamente, à sociedade. Faço só votos que dentro desse projeto não esteja nada embutido como o caos que se apresentou de uma maneira desordenada, a questão da Previdência. Esta era a minha posição.

Agradeço a V. Exa..

Aproveito a oportunidade, deputado Waldyr Pugliesi, que me concede a Presidência da Casa, a cumprimentar a Mesa Executiva por ter passado por momentos tão difíceis como os que passou nesta última semana, e ter conseguido levar a efeito e tomara nós, não tenhamos que assistir novamente fatos lamentáveis como os que vimos aqui e torcer, como sempre disse, para que juntos, nós todos, com muito respeito, erremos o menos possível.

Muito obrigado, deputado Pugliesi.

#### O SR. WALDYR PUGLIESI

Agradeço o aparte de V. Exa.. Incorporo ao meu pronunciamento e tenho certeza de que vai enriquecê-lo.

Senhor presidente, veja bem como as lutas travadas pela juventude fazem bem. Hoje, na presidência desta Casa, está um deputado que vi começando sua batalha nos grêmios estudantis. E ele, generoso comigo, várias vezes, e eu não tenho porquê não acreditar nele, disse que o encaminhamento político dele se deveu, também, à posição que nós mostramos para os jovens, em várias oportunidades que ele presenciou.

Então, está aqui, o estudante que talvez tenha ocupado o espaço reservado àqueles que queriam ver a votação do projeto de iniciativa popular, talvez estejam amanhã sentados aqui. Talvez seja da Mesa diretora. Inclusive, alguns governantes de hoje estiveram no exílio,

foram tocados daqui. Alguns viveram com muitas facilidades lá fora, como o presidente da República. Outros, “comeram o pão que o diabo amassou”. Esses conseguiram retornar. Outros, caíram, no meio do caminho, denunciados, traídos por uma figura abjeta chamada cabo Anselmo. Se infiltrou e quando os nossos patriotas, e eu sempre os vi desta maneira, reingressavam no País, porque aqui eles não tinham condições de liberdade; eram entregues por este traidor infiltrado, que está vivendo por aí com plásticas, às custas, eu creio que até do dinheiro público, porque prestou no passado um serviço nojento, de traidor! Ele se infiltrou!

E nestes acontecimentos que nós vimos aqui, senhor presidente, ora, nós não somos ingênuos para não fazermos a leitura de que entre aqueles que estavam legitimamente fazendo valer o seu direito à cidadania, os governantes infiltraram estas figuras, para talvez deslocar o eixo da manifestação. Aqui mesmo, dentro da Assembléia, uma figura muito conhecia por mim, com presença forte na repressão - e eu poderia até dizer, na tortura - estava circulando por aí.

Então, companheiros, vamos à luta, com vigor redobrado, com a esperança renascida!

Vou terminar com uma frase de um poeta: “Faz escuro, mas eu canto”!

#### O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Ainda no Pequeno Expediente, deputado Marcos Isfer.

#### O SR. MARCOS ISFER

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Venho à tribuna na tarde de hoje, para encaminhar um requerimento à Mesa desta Assembléia, que eu acredito, em nome de todo o Bloco de Resistência, não haveria sequer a necessidade de ser encaminhado, mas pelas notícia que temos através da imprensa, dia 24 deverá ser divulgada a avaliação da Copel, feita pelos advisers contratados e esta data já está definida.

Em nenhum momento foi dada ciência à Assembléia sobre a realização da avaliação e nem sobre os critérios adotados para a sua efetivação. Em momento algum também, o edital de venda das ações foi tornado público, e encaminhado a Assembléia. Nós estamos requerendo que, já nesta segunda-feira, no Grande Expediente, o presidente da Companhia Paranaense de Energia, Copel, Sr. Ingo Hübert e representantes das empresas advisers, venham a esta Casa trazer as informações que estão sendo divulgadas.

Por quê da importância? Por que nós gostaríamos, como todo povo paranaense, de saber que critérios são estes e discutir mais profundamente. De qualquer forma o foro legal para prestação de contas do que se pretende lei-loar é esta Assembléia.

Então, eu requeiro à Mesa, que independente ou não de que seja votado este requerimento, até por que só

veja aqui os deputados Traiano e Nelson Justus, e me parece que o deputado Traiano exercendo o papel de líder da situação, de que este convite, este requerimento fique desde já, acordado e designado que aqui, na segunda-feira, estejam, o presidente da Copel, e os representantes das empresas que procedem à avaliação e os critérios de avaliação da empresa para que nós possamos discutir neste foro privilegiado, de uma forma mais abrangente, aquilo que deverá ser divulgado no dia 24.

Já se faz tarde, acredito eu que por respeito a este Legislativo, primeiro nós deveríamos ter conhecimento, até mesmo antes de tornar público, ou aqui deveria ser o local apropriado para se tornar público um assunto de tal relevância, porém, nós sabemos do descaso que tem havido com esta Assembléia com relação a este assunto.

Eu encareço, então, que seja acordado com a Liderança da Situação para que na segunda-feira esteja aqui o presidente da Copel, os representantes do consórcio que fizeram a avaliação, para que esta Assembléia tome conhecimento e possa discutir de uma forma clara e inequívoca quais os critérios adotados para os preços que deverão ser divulgados.

Se isso não ocorrer, parece-me que ficam prejudicado, uma vez mais esta Casa, para ter condições de discutir e debater o assunto de uma maneira aberta e transparente, como se tem dito por aí e que se pretende fazer.

Nós não vimos ainda esta transparência e esperamos que ela venha se refletir nesta Casa na segunda-feira a partir do horário das 14h30min.

É isso que eu gostaria de requerer e gostaria que ficasse acordado, então, para a data de segunda-feira.

#### O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Consulto se o deputado Neivo Beraldin se vai fazer uso do Grande Expediente?

Está com a palavra, Excelência, por trinta minutos.

#### O SR. NEIVO BERARDIN

Senhor presidente, senhores deputados, na verdade o que menos quer o governo é que o deputado fale.

Começa vir aquele desespero: Deixa para outro dia, não fale!

Preciso falar algumas coisas. por exemplo, como gostaria de estar enganado, deputado Nelson Justus, quando afirmo que 15% do indvidamento do Estado, em relação à venda do Banestado, representa 15% do que é a folha dos inativos do Estado. Quando será que representa antecipação de receita dos royalties de Itaipu? Outro ponto!

Então, só ali, dá em torno de 30, 40% do que representa a folha dos inativos. E o governo é evidente, o Paraná, como outros Estados só cresce, cresce a economia, é normal que se tenha mais indústrias, estamos bem situados na região do Mercosul. Isso é absolutamente normal.

Não é possível quando uma indústria se instala, que o governo seja o “pai da criança”! O governo tem que prestar conta dos seus atos com o dinheiro público.

Mas, vou ser breve para não cansá-los, senhores deputados.

Subo à tribuna, para anunciar a elaboração e a conclusão de dois trabalhos.

O primeiro deles, é um trabalho da Comissão de Meio Ambiente, que tenho prazer de presidir, que trata sobre a questão de Adrianópolis. A capa diz o seguinte: “A história de uma Brasil Real. Adrianópolis, a cidade esquecida atrás da montanha de chumbo”. Comissão Permanente de Ecologia e Meio Ambiente da Assembleia Legislativa. Presidente, Neivo Beraldin. Integrantes, Algaci Tulio, Luciana Rafagnin, Ademir Bier, Geraldo Cartário e Cleiton Kielse.

Essa comissão agradece aos trabalhos e a atenção dispensadas por todos aqueles que colaboraram com informações, em especial a Andréia Conde, pesquisadora da USP de São Paulo; Eduardo Capitani, pesquisador da Unicamp; Eduardo Ratton, pesquisador da UFPR. às Taquígrafas da Assembleia Legislativa, os fotógrafos, todos aqueles que colaboraram para a elaboração deste livro, que nada mais é do que um retrato dos fatos que viveu o Vale da Ribeira, mais precisamente, o município de Adrianópolis, onde muitas crianças morreram contaminadas; onde aqui no livro retrata os depoimentos que a empresa Plumbum do Brasil, doava caixões para os anjos, onde o município vizinho de Adrianópolis, criou uma lei proibindo que lá fossem enterrados os anjos, porque temiam que contaminassem o solo e a água, pois as mesmas morriam contaminadas por chumbo.

Aqui estão os deputados Neivo Beraldin e Algaci Tulio, nos portões da Mineradora Plubum do Brasil S/A, em Adrianópolis. A Comissão conhece as toneladas de resíduos de chumbo, deixadas a céu aberto pelos donos da Plumbum do Brasil.

Senhor deputados, aqui dezenas de outros depoimentos, que confirmaram o triste episódio de mortes e doenças que marcaram a visita dos deputados.

Adrianópolis, debaixo de um calor de 40 graus. Os deputados visitaram a Plubum do Brasil, acompanhados da Polícia Florestal, dos técnicos do IAP, enfim, a Comissão de Meio Ambiente foi pessoalmente verificar. Eu, pessoalmente, junto com o deputado Algaci Tulio.

Aqui também está a foto dos momentos que vivemos junto com a comunidade. Deputado Neivo Beraldin analisa resíduos tóxicos: cheiro forte, que provoca irritação rápida na pele. Polícia Florestal encontra resíduos tóxicos armazenados de forma inadequada, nas dependências da Plumbum.

Visita Adrianópolis, com toneladas de chumbo deixadas a céu aberto.

Deputado Algaci Tulio e deputado Neivo Beraldin caminham sobre os resíduos deixados a céu aberto.

Senhores, aqui está a pesquisadora da USP de São Paulo, ao lado do deputado Algaci Tulio, com uma criança de oito anos de idade, que aparenta ter dois anos.

Senhores deputados, a USP de São Paulo e a Unicamp estão desenvolvendo um trabalho de pesquisa, para dar um laudo conclusivo, para comprovar a contaminação com excesso de chumbo no sangue das crianças.

A capa retrata o alto índice de cegueira no município, e o grande problema de saúde mental daquela população. O abandono do Estado, foram várias reuniões realizadas pela Comissão de Meio Ambiente, e ouvimos técnicos, ouvimos populares, e evidentemente esse trabalho há de ficar nas nossas biblioteca. Esse trabalho é uma realização da Comissão de Meio Ambiente da Assembleia Legislativa do Paraná, e fica para os arquivos da história.

Agora, senhor presidente, senhores deputados, pretendo colocar um outro trabalho, que como deputado estadual promovi na Assembleia Legislativa, o 1º Seminário Público do Brasil sobre Oportunidades de Negócios, Seqüestro de Carbono e Benefícios Sócio-Ambientais.

Curitiba, junho de 2001.

Aqui nesse Seminário discorre-se sobre o que é o “Seqüestro de Carbono”, sobre o que é, efetivamente, o “Tratado de Kioto”, que é uma extensão da “Rio 92”.

Aqui tivemos a presença o cientista, professor Carlos Clemente Serri, mestre, com doutorado em Energia Nuclear, pela Universidade de São Paulo; pós-Doutorado na Inglaterra e França; representante brasileiro no IPCC, órgão da ONU, onde cientistas de todo o mundo fazem análise da situação de todos os países, quanto suas emissões de gases poluentes, sobre as suas soluções.

Aqui neste Seminário, além do cientista-professor, tivemos o representante do Banco Mundial, que discorreu sobre os financiamentos para esta questão. Tivemos a presença do Ministério da Agricultura, onde coloca também, a visão do País em relação ao “Tratado de Kioto”. Tivemos a presença da Embrapa, que também se pronunciou sobre o “Tratado de Kioto”. Tivemos a presença do Roberto Gava, da Associação Paranaense de Empresas Florestais, tivemos aqui o Dr. José Eduardo Facuri, e também muitos técnicos.

Foi um dia muito importante, que foi concluído com a seguinte Carta de Curitiba para o Povo do Paraná, para registro na história.

(Lê):

“Carta do I Seminário de Seqüestro de Carbono do Estado do Paraná

Os participantes do I Seminário de Seqüestro de Carbono visando colaborar com o efeito estufa que projeta para a humanidade um futuro difícil e considerando que:

\* a emissão de gases poluentes cresce ano a ano;

\* o teor de dióxido de carbono na atmosfera vem atingindo níveis críticos e ameaça o equilíbrio climático do planeta;

\* A queima de combustíveis fósseis, as práticas agrícolas levam para a atmosfera uma parte do carbono que antes estava fixado na Terra, provocando o aumento do efeito estufa e conseqüente aquecimento do planeta;

\* estudos científicos indicam que a temperatura da atmosfera já está mais elevada. Essa temperatura poderá provocar elevações dos níveis dos mares, inundações, mudanças profundas nos ciclos das chuvas e ventos, furacões, maremotos, longos períodos de estiagens e secas, e desaparecimento de cerca de 50% das espécies vivas que conhecemos;

\* em todo o mundo, cientistas, técnicos, entidades governamentais e não governamentais, têm se preocupado em encontrar soluções minimizadoras do efeito estufa e suas desastrosas conseqüências para a vida do planeta;”

Senhor presidente, vou fazer, mais uma vez, uma constatação. É muito difícil ocupar a tribuna com as conversas paralelas, aqui. As pessoas não podem ocupar o telefone aqui, falar alto, ninguém consegue falar na tribuna porque alguém pegou um telefone celular, aqui do lado, e resolveu falar com não sei quem!

Ora, senhores deputados, um pouco de respeito vai bem em qualquer lugar, já dizia minha avó.

(Lê):

“Então, principalmente, que todos possuem uma parcela de responsabilidade com o meio ambiente;

\* o Paraná tem sido exemplo em muitas ações ambientais;

\* o Estado possui terras em abundância, sol, água e tecnologia;

\* este Seminário inicia no Paraná o maior engajamento técnico-político em atendimento ao Protocolo de Kioto;

\* o governo e a sociedade podem promover uma parceria e um modelo de sustentabilidade para o Paraná.

Isto posto, decidem:

\* a busca...”

Volto a repetir, interrompem o meu pronunciamento mais uma vez! Será mais importante a minha leitura na tribuna ou a conversa paralela dos visitantes?

**O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

Solicito aos visitantes que possam colaborar com o pronunciamento do nobre deputado Neivo Beraldin.

Está assegurada a palavra a V. Exa.

**O SR. NEIVO BERARDIN**

Senhor presidente, olha, alguma coisa n’ós temos que fazer! Ou temos que ocupar aquela tribuna de lá, que é a tribuna do Governo, porque, aqui, a tribuna da Oposição é difícil, tenho repetido inúmeras vezes.

Continuo a leitura.

(Lê):

“\* a busca e a colaboração por soluções para as mudanças climáticas no mundo como prioridade paranaense;

\* a união de todos, governo e sociedade, para que juntos possam mudar o quadro atual.

Assumir no Paraná as mesmas propostas assumidas pelo Protocolo de Kyoto, sendo uma das principais metas a de contribuir para reduzir a emissão do CO na atmosfera, por meio de redução de seqüestro de carbono. Implantar mecanismos que possibilitem soluções mais rápidas e acessíveis, inclusive procurando adotar o CDM’s - mecanismos de desenvolvimento limpos, por tratar-se de uma alavanca financeira, para permitir que as empresas emissoras de países ricos comprometidos com metas de alto custo de redução evitem os projetos mais baratos de Seqüestro de Carbono do Estado do Paraná.

Propõe que o Paraná incentive o desenvolvimento de projetos energéticos, alternativas tais como a eólica, solar ou de substituição do carvão mineral por gás ou carvão vegetal.

A co-geração de energia elétrica nas usinas de açúcar e álcool, com a utilização do bagaço de cana.

A criação de sumidouros de carbono por meio de florestas, recuperação de áreas degradadas e melhoria de técnicas agrícolas.

A exigência pelos órgãos ambientais do cumprimento da legislação ambiental da implantação de mata ciliar em todos os rios do Paraná.

Que sejam criados mecanismos de participação financeira, assim como a elaboração de projetos elegíveis aos benefícios da CDM de Gás Carbônico.

Que seja criado um Cadastro Estadual de Projetos de Seqüestro de Carbono para incentivar e dar suporte a novas iniciativas, por exemplo, como florestas se inserem no processo e quais as oportunidades de negócios florestais, alternativas emergenciais de baixa emissão, como as empresas podem desenvolver projetos ambientais, financiamentos nacionais e internacionais, como estabelecer parcerias com empresas emissoras do primeiro Mundo, entre outros.

Então, senhores deputados, fica aqui também para os Anais da Assembléia, mais um trabalho realizado que, com certeza, servirá como suporte para os estudantes do Paraná. Afinal, as informações aqui são precisas, são de técnicos especializados na área. E a Assembléia Legislativa do Paraná, com a anuência do seu presidente, deputado Hermas Brandão, que determinou a impressão desses dois trabalhos, fica assim registrado para os Anais da Assembléia e também para que a população do Estado possa ter o conhecimento através do nosso site onde estão os dois livros, os dois trabalhos à disposição, para que possamos conhecer o trabalho de Adrianópolis, que contou, sem sombra de dúvida, com a participação efetiva do deputado Algaci Tulio. Foi ele quem conseguiu chegar no alto da montanha daquela mineradora, foi ele quem nos acompanhou e quem deu a demonstração de amor ao povo, muito grande, porque nem os 40 graus de tempera-

tura, nem a diversidade do enfrentamento com aqueles que durante anos exploram o ouro e a prata, e levaram embora a nossa riqueza, e deixaram a pobreza. E quando se constata, por onde andava a justiça?

Por onde andava a Caixa Econômica Federal para registrar os 80 quilos de ouro que de lá saíram?

Quem são os donos da Plumbum, que fizeram parte, desde 1.960? Tivemos acesso a algumas atas, junto à Junta Comercial. Um deles é hoje diretor da Agência Nacional de Petróleo. Os outros devem ser banqueiros, altos empresários, pessoas que levarem embora a nossa riqueza.

Como pode o estado ter-se calado diante dos fatos, diante do grande prejuízo humano que tivemos?

O SR. ALGACI TULIO

Permite-me um aparte, deputado?

O SR. NEIVO BERARDIN

Concedo um aparte, com o maior prazer, a um grande batalhador, que junto conosco esteve, mais uma vez, repito, deputado Algaci Tulio.

O SR. ALGACI TULIO

Muito obrigado, deputado Neivo Berardin, obrigado pelas palavras elogiosas. Acho que acima de tudo cumprimos com nosso dever, como parlamentar, quando estivemos em Adrianópolis. Todos aqui, imagino que conhecem a dificuldade, primeiro para chegar - agora, quem sabe, um pouquinho melhor, porque o asfalto chegou até Tunas e estão melhorando o restante da estrada. A nossa ida a Adrianópolis foi um momento foi um momento importante.

Sou um fã incondicional do trabalho de campo. Se pudéssemos, pelo menos uma vez por semana, como fizemos na semana retrasada, quando ao final de uma das sessões aqui da Assembléia, por volta das 17h00 fomos até a Represa do Iraí, com baixa temperatura, com vento, ver de perto aquela barbaridade, que é o lago que forma a Represa do Iraí. É indo ao local que a gente tem noção das coisas, como foi o que fizemos em Adrianópolis.

Confesso, deputado Neivo Berardin, que não senti cansaço de subir aqueles morros, na busca de ver de perto, o que é que estava acontecendo, porque havia uma vontade extraordinária, de que eu pudesse realmente constatar tudo, porque era uma rara oportunidade, que nós tínhamos de chegar à aqueles locais. Não sabíamos se depois, em uma outra oportunidade, nos permitiriam. Tivemos que forçar a entrada do portão da mineradora, tivemos de convencer o cidadão - estava ainda com boné de campanha do falecido deputado Anibal Khury, que nós reconheceu, tanto a mim, como a V. Exa., dizendo que para nós ele abria o portão. Subimos os morros e vimos de perto toda a degradação daquela região, onde sequer a vegetação nasce. Isto nos deixou bastante preocupados.

O livro que V. Exa, mandou confeccionar, muito bem distribuído, com uma bela apresentação, que contou acima de tudo com a participação de companheiros da imprensa aqui da Casa, é uma pequena amostra daquilo que nós ainda, tenho certeza, vamos mostrar pela frente, na hora em que Caixa Econômica nos apresentar a documentação. Na hora que as próprias mineradoras, aqueles que exploram aquela riqueza que havia no Vale da Ribeira e também puderem nos apresentar as Atas, as quais foram solicitadas, durante uma das reuniões da nossa Comissão do Meio Ambiente e Ecologia da Assembléia.

Que acima de tudo parabenizar V. Exa., que é cuidadoso, zeloso e que também é teimoso, porque se assim não o fosse, não estaria trazendo todos esses detalhes, essas informações, como tem feito aqui, na cobrança de explicações das contas de governos que passaram pelo Estado do Paraná. De sorte que estou muito honrado de estar fazendo parte desse livro, de estar aqui em várias fotografias, que realmente demonstram que lá estivemos.

Fomos ao local do crime sem estar no local e sem ver ele estar sendo cometido.

Quero parabenizá-lo, e dizer que, sempre que solicitado, tanto na Comissão de Meio Ambiente e Ecologia, como em qualquer outra tarefa, tenho certeza que nós estaremos inteiramente ao dispor, para que possamos cada vez mais engrandecer esta Casa de Leis, que precisa, na verdade, fazer esse tipo de trabalho. Trabalho de campo, buscar as informações, verificar o que é que está acontecendo lá, para chegar aqui, porque, quando voltamos de Adrianópolis e ocupamos a tribuna, aqui, tanto eu como V. Exa. fizemos alguns relatos e companheiros ficaram aqui espantados com o que dissemos.

Hoje o livro é a maior prova daquilo que nós dissemos. Eu, repito, ainda não é uma obra acabada, é apenas uma pequena amostra.

Parabéns, deputado.

O SR. NEIVO BERARDIN

Muito obrigado. Pena que o Governo do Estado do Paraná não respondeu os nossos requerimentos, deputado Algaci Tulio.

Primeiro, a Secretaria da Fazenda do Estado sobre a questão do Fisco Estadual, a respeito da exploração de ouro e prata. Quais foram os incentivos dados àquela empresa?

Segundo, Instituto Ambiental do Paraná, que nos informasse o laudo conclusivo sobre o que é que polui mais se é o ar, se é a água ou se é o solo. Nós queremos e ainda não recebemos a resposta.

A questão da Secretaria da Saúde do Estado, nós queremos o laudo conclusivo; até agora não apresentaram.

Olha que foi em junho, essa reunião foi em março. O tempo já passou e a lei é muito clara, determina que em 30 dias, os órgãos oficiais têm que responder.

Como tem aquele requerimento que nós aprovamos aqui dia 09 de junho, sobre a prestação de contas de 98, do Banestado. Sobre aquele requerimento, até agora não chegou aqui. O Governo simplesmente não cumpre aquilo que é da lei.

Concedo o aparte ao deputado Caíto Quintana.

**O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

Concedemos mais alguns minutos a V. Exa., para que consiga dar o aparte ao deputado Caíto Quintana.

**O Sr. Caíto Quintana**

Só queria, deputado Neivo Beraldin, parabenizá-lo por esse trabalho realizado por V. Exa. e pela Comissão da Assembléia, inclusive, o que valoriza profundamente a Assembléia Legislativa.

Lamentar também que não se dê o devido destaque a um trabalho como este. Nós estamos pecando com o Meio Ambiente. Um determinado momento, V. Exa. falando, na persistência de falar para assuntos, como eu tenho sempre dito, assunto técnico é difícil de ouvir, as pessoas não ouvem; exige concentração. Mas, o trabalho está marcado.

Estava pensando o destaque que se dá, por exemplo, para o fechamento ou para a abertura da Estrada do Colono, como se aquilo fosse salvar a natureza.

Esse assunto tem muito mais importância e muito mais degradação ao meio ambiente do que o problema da Estrada do Colono e, no entanto, raramente se vê uma linha de comentário sobre um trabalho de fôlego como esse.

Tenho que parabenizá-lo e à própria Comissão, que V. Exa. tão bem dirigiu, participou, o deputado Algaci Tulio e os demais membros, porque, pelo menos, a Assembléia Legislativa não está sendo omissa na denúncia.

Nós esperamos que a quem caiba a responsabilidade apurar a denúncia, de resolver os fatos, o façam, porque o Paraná e o Brasil não serão salvos no seu meio ambiente apenas pelo fechamento da Estrada do Colono, e sim, coma apuração de casos bem mais graves, como este que aqui está.

Parabéns!

**O SR. NEIVO BERARDIN**

Sobretudo que esta Casa aprovou uma lei de ICMS Ecológico, que deu àquela região mais de 60 milhões de reais. Ninguém fala dessa virtude da Assembléia Legislativa.

Agora, há uma coisa que é preciso dizer à imprensa, o governo, o Poder Executivo, sempre quer puxar, diminuir o Poder Legislativo.

Nós só teremos uma grandeza no Poder Legislativo quando mandarmos para cá um número de deputados efetivamente envolvidos com as questões do Estado.

Veja você, na questão ambiental, nós ficamos ouvindo aí a cores, livros do Boticário, que deve ser des-

pejada do Salto do Morato. A União Federal deve pedir a reintegração de posse, com ordem de despejo.

Então esta Casa tem um dever. E nós estamos fazendo um trabalho belíssimo. É preciso reconhecer a Assembléia Legislativa do Paraná, como nunca! Isso se deve também ao nosso presidente a abertura, estar discutindo a prestação de contas do Governo.

Nós discutíamos aqui na Assembléia a prestação de contas do Governo? Agora estamos discutindo! E há um trabalho que é preciso ser enaltecido.

**O Sr. Irineu Colombo**

Apenas para elogiá-lo, pela publicação do seu trabalho. Tive oportunidade de fazê-lo pessoalmente. V. Exa. produz material que informa a sociedade, produz políticas da questão ambiental sobretudo, ajuda a dar idéias para os próximos governos para colocarmos nos seus planos de governo.

É assim que se conhece o parlamentar. Não é o parlamentar da barganha. É o parlamentar das idéias e da responsabilidade pública.

Parabéns!

**O SR. NEIVO BERARDIN**

Encerro, assim.

Obrigado pela paciência do senhor presidente e dos senhores deputados.

**O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

Antes de continuarmos, esta Presidência gostaria de, em nome da Assembléia Legislativa, parabenizar o deputado Neivo Beraldin, o deputado Algaci Tulio, enfim, todos os deputados que trabalharam na elaboração dessas publicações e também trabalharam na realização do seminário ocorrido aqui na Assembléia Legislativa. E estarão, deputado Neivo, essas publicações inseridas nos Anais desta Casa.

Gostaríamos, em nome do nosso companheiro, deputado Ademir Bier de registrar na tribuna de honra desta Casa, na Sessão de hoje a presença do prefeito em exercício de Terra Roxa, o "Cica" e também de 03 vereadores. Registramos a presença e nos sentimos honrados com as suas presenças na Sessão de hoje.

No horário da Liderança do PSB com a palavra do deputado José Maria Ferreira.

**O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA**

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados. Realmente, depois da votação da Copel, não bastou a folga da Sessão de ontem, do dia de ontem, a Bancada do Governo parece que está de ressaca, que ainda não se recuperou, porque aqui o comparecimento foi muito pouco.

Mas o deputado Waldyr Pugliesi, no seu pronunciamento, afirmou de várias formas que nós não fomos derrotados, de que a proposta da manutenção da Copel enquanto empresa pública, não foi derrotada.

E efetivamente não foi, deputado Waldyr Pugliesi, porque a determinação, a firmeza do povo paranaense não se derrota com uma Sessão nesta Casa. Não era um projeto que era nosso, que era da nossa determinação: era um projeto encaminhado, subscrito pelo povo do Paraná.

E subo a esta tribuna para fazer o registro de que continuaremos firmes, determinados, não a fazer oposição ao Governo Lerner, mas sobretudo a respeitar a vontade da população do Estado, e por reconhecer que a Copel é uma empresa estratégica para o desenvolvimento do nosso Estado para a integração, e que o governo não pode dispor da forma como está dispondo dos bens do Estado do Paraná como tem feito o governo Jaime Lerner nesses dois últimos mandatos.

No dia 14, o jornal Folha de Londrina trouxe estampado no seu editorial o título: - “O Dia da Esperança”, porque ele esperava que nós pudéssemos ter encontrado um, entre os 27, que viesse e afirmasse o seu voto, salvando a Copel. Infelizmente isso não ocorreu mas não faltaram os apelos para que um, entre os deputados da Bancada do Governo, pudesse fazer isso.

No dia de ontem, portanto um dia após a votação, a Folha de Londrina traz um outro editorial, como trouxe também a Gazeta do Paraná, no dia de hoje, que já me adianto ao deputado Luiz Carlos Zuk, que vai fazer a leitura no Grande Expediente. Inclusive, sobre esse fato, a Corregedoria da Casa, na pessoa do deputado Caíto Quintana, precisará tomar iniciativa, porque senão nós vamos convalidar tudo que estão dizendo e não vai ser só dos deputados que ali são acusados mas vai ser deste Poder, daí a responsabilidade que tem, deputado Caíto Quintana, V. Exa., nesse caso, para apurar, e se necessário chamar o jornalista aqui, porque é impossível que alguém fale o que ele falou e não seja ouvido por esta Casa!

Então há que se chamar, deputado Zuk, que com certeza, tratará dessa questão!

Mas, chamaria a atenção, senhor presidente, e peço a sua licença e dos demais deputados, para fazer a leitura do editorial.

(Lê):

“Derrota para o Paraná

A aprovação da venda da Copel é uma derrota para o Paraná e, na esteira, uma derrota também para o governador Jaime Lerner e para os deputados que se deixaram seduzir pelo irresistível poder emanado do Palácio Iguaçu. O chefe do governo deve sentir-se um vencedor, neste momento, na sua desastrada decisão de desfazer-se desse patrimônio público dos paranaenses foi uma perda e não um ganho.

Os parlamentares da base governamental, de sua vez, cumpriram sua parte no acordo com o governo, mas ficam marcados pela população e é certo que serão lembrados no momento em que voltarão a buscar votos, porque a transação que autorizaram não foi um ato simples, que possa ser esquecido tão facilmente por esta e pelas gerações futuras. Eis que a triste decisão de ontem da

Assembleia Legislativa contrariou a vontade da maioria esmagadora de cidadãos.

Os deputados privacionistas pisotearam sobre a vontade popular, na mais acintosa afronta da história paranaense de que se tem notícia. Porque nunca o povo se envolveu tanto pela defesa de um patrimônio público - que afinal lhe pertence - como no presente episódio. O brado de 400 entidades, representativas dos mais diversos segmentos profissionais do Paraná e a posição de 77% da população do Estado, contrários à venda da empresa, não foram suficientes para sensibilizar os 27 deputados que votaram pela ‘liquidação’ da Copel e, muito menos, o governador.

Os Poderes Executivo e Legislativo, este pela maioria de seus membros, acabam de decretar a falência da representatividade popular. A democracia está de luto. Não pode, portanto, ser uma vitória esta que o governador proclama. É apenas um ‘round’ ganho de adversário políticos do momento, pois terá ele que enfrentar, ao longo de seus dias, dentro ou fora do governo, o estigma de haver sido aquele que dilapidou o maior patrimônio que o Estado detinha - a sua companhia de eletricidade - empreendimento de governos anteriores e orgulho dos cidadãos paranaenses.

Jaime Lerner será sempre lembrado como o governador que vendeu a Copel, enfim, que jogou fora o mais rico patrimônio empresarial público do Estado. Com a desastrada decisão tomada ontem sob o voto da Assembleia Legislativa e debaixo da ordem emanada do Palácio do Governo, 27 deputados governistas eleitos pelo povo, mas subservientes a outro comando, fizeram o Paraná mais pobre. Este mesmo Paraná tão duramente tangido, nestes seus anos do atual governo, por atos arbitrários, negligência e insensatez, e o golpe fulminante foi desferido ontem sob o olhar perplexo de 9 milhões de paranaenses contrariados. Este é o triste momento da história do Paraná.”

Ora, quando um jornal como a Folha de Londrina, um jornal com tal importância afirma que serão lembrados, deputado Pessuti, e que a representatividade, além de pisoteada, acabou de ser decretada sua falência, é porque com certeza nós teremos este fato lembrado, não só pela história, mas também lembrado no cotidiano, daqui, às eleições.

Nós, infelizmente não temos aqui a Bancada do Governo, à exceção do deputado Ademar Traiano, mas já era previsto, este editorial foi escrito todos os dias, um deputado de Oposição subiu a esta tribuna para questionar o interesse público, validade, a responsabilidade com que o Governo estava agindo, porque ele não teve a responsabilidade para entregar um patrimônio maior - ou melhor, para agir, porque graças a Deus não entregou, ainda - um patrimônio da ordem e da importância da Copel.

Muito obrigado, senhor presidente, pela sua tolerância, e quero dizer que nós não paramos aqui. Ainda



temos outros meios, dentro do próprio parlamento, na busca da sociedade e sobretudo, na justiça.

Entendemos que os atos aqui praticados não espezalham o bom direito. E por isto nós vamos atrás dele.

Muito obrigado, senhor presidente, pelo tempo.

**O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem)**

Senhor presidente, nos trabalhos legislativos ocorridos no dia 20, nós formulamos, naquela oportunidade, duas questões de ordem. E uma delas, relativa ao deputado Nelson Tureck onde nós entendíamos que ele deveria ser considerado inabilitado para votar, de acordo com o que estabelece o parágrafo 3º do artigo 160.

Nossa questão de ordem foi indeferida pelo presidente. Mas, nesta questão de ordem que também fizemos, sugeríamos que o teor da questão de ordem e da fita que nós anexamos à mesma fosse encaminhada à corregedoria desta Casa de Leis, para que o deputado Corregedor Caíto Quintana pudesse promover as averiguações daquilo que estávamos levantando.

Então, indago a esta Presidência se esta providência de encaminhar à corregedoria já foi determinada pela Mesa, e se não foi, gostaríamos que V. Exa. determinasse que a fita que nós entregamos, anexa à questão de ordem, fosse encaminhada com uma cópia da questão de ordem ao corregedor da Casa, deputado Caíto Quintana.

**O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

Eu não tenho conhecimento se o presidente Hermas Brandão, já fez o encaminhamento ao deputado corregedor, Caíto Quintana, mas se não o fez, nós solicitamos à assessoria que proceda ao encaminhamento, conforme questão de ordem levantada por V. Exa. da fita e do requerimento colocado naquela oportunidade.

**O SR. ORLANDO PESSUTI**

Eu prossigo, senhor presidente, no mesmo sentido com relação à questão de ordem que levantamos em relação ao deputado Moysés Leônidas também na nossa maneira de entender, infringindo o parágrafo 3º do artigo 160 do Regimento. Naquela oportunidade não anexávamos fita, mas anexávamos um recorte de notícia no jornal, onde ele afirmava ter barganhado o seu voto com o governo.

Então, solicito que da mesma forma este material seja endereçado à Corregedoria da Casa.

**O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

Perfeitamente, se ainda não foi encaminhado, solicitamos que seja encaminhado ao corregedor, deputado Caíto Quintana.

**O SR. ADEMAR TRAIANO (Pela Ordem)**

Senhor presidente, eu gostaria de solicitar que verificasse o quórum em plenário, porque pelo que eu percebo, não há quórum para prosseguimento da Sessão.

**O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

Solicito ao deputado Antonio Anibelli, que proceda à chamada nominal.

**O SR. ANTONIO ANIBELLI**

As campanhas não estão funcionando, senhor presidente, nos gabinetes.

Eu gostaria de informar que não sei se haveria necessidade da chamada nominal, porque os deputados não poderão ouvir as campanhas que normalmente...

**O SR. LUIZ CARLOS ZUK**

Até quando, senhor presidente, vai ficar assim?

**O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

Tendo em vista a argumentação do deputado Anibelli, gostaria de solicitar ao deputado Traiano a sua concordância, no sentido de que ao se proceder à chamada nominal, nós não temos a campanha que pudesse avisar, alertar aos deputados que porventura se encontrem nos gabinetes. E como nós teremos, a partir de agora, apenas e tão-somente a Ordem do Dia, por falta evidente de quórum para deliberação.

**O SR. NEIVO BERARDIN**

Eu gostaria, senhor presidente, que V. Exa. registrasse a presença dos deputados, o nome dos deputados também registrar que a bancada governista se ausentou deste Plenário, fugindo do momento histórico que era a Sessão de hoje, após o embate da venda da Copel. Evidentemente nós queremos lamentar que os deputados que dão sustentação ao governo, ausentaram-se da Sessão plenária de hoje. Está aqui sempre um deputado só, sempre querendo derrubar a Sessão. Isso é lamentável!

**O SR. ADEMAR TRAIANO**

Pelo contrário, deputado Neivo, em nenhum momento este parlamentar procurou derrubar a Sessão.

**O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

Deputado Neivo, deputado Ademar Traiano, está já no início dos trabalhos, registrado na Ata a presença dos senhores deputados, mas tendo em vista a evidente falta de quórum, encerramos esta Sessão por falta de quórum para deliberação e tendo em vista do que nos orientou o deputado Hermas, que amanhã haverá a possibilidade de ajustes no plenário, inclusive com relação também ao som, haverá apenas trabalho nas comissões.

Nestas condições, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 27, à hora regimental, com a seguinte

**ORDEM DO DIA:**

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 403/2000.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 169, 263  
284, 297, 298 e 191/2000.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 249, 266,  
276, 278 e 286/2001.

Levanta-se a Sessão.

### Atos da Comissão Executiva:

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

**R E S O L V E :**

**ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 326/2000**

I - exonerar, a pedido, os funcionários abaixo relacionados, todos ocupantes de cargos em Comissão, junto ao gabinete do deputado Sérgio Spada, a partir de 1º de outubro de 2000, conforme especifica:

SILVIA MARIA ROSIAK  
EDI GLACI HAHN  
AGNES LÚCIA LAUTHART  
MARIA ELIZABET CORRÊA  
THUINTE MEDEIROS VILELA  
FIDÉLIS DE OLIVEIRA  
FERNANDA RÚBIO  
LACI INÊS DIEDRICH

II - prover, AFONSO ILDO DIETRICH, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Sérgio Spada, a partir de 1º de outubro de 2000;

III - exonerar, a pedido, VERÔNICA DE PAULA PADILHA, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-3, do gabinete do deputado Sérgio Spada, a partir de 1º de outubro de 2000;

IV - prover, ELSON DE JESUS MARQUES, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-3, do gabinete do deputado Sérgio Spada, a partir de 1º de outubro de 2000;

V - exonerar, a pedido, ROSELENE APARECIDA ZANONI, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-4, do gabinete do deputado Sérgio Spada, a partir de 1º de outubro de 2000.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 09.10.2000.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
HERMAS BRANDÃO - 1º Secretário  
AUGUSTINHO ZUCCHI - 2º Secretário

**ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 258/2001**

Conceder aposentadoria por invalidez a ZAIRA MOCELIN CECCON, matrícula nº 40649, funcionária deste Poder Legislativo, sob Regime Jurídico Único, exercendo o cargo de Agente Administrativo N-61, com vencimentos mensais e integrais correspondentes a seu cargo efe-

tivo, nos termos dos artigos 139, 224 e 235 da Lei de nº 6.174/70, acrescidos de três (03) adicionais, de acordo com o artigo 170 e parágrafo único da mesma Lei, resultando em proventos em inatividade conforme cálculo de fls. 19, da Coordenadoria de Relação Trabalhistas, desta Casa.

(Prot. nº 5073/2001)

**ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 259/2001**

Conceder aposentadoria por invalidez a ALZEMIRA NHOATTO CANDEU, matrícula nº 40583, funcionária deste Poder Legislativo, sob Regime Jurídico Único, exercendo o cargo de Agente Administrativo N-61, com vencimentos mensais e integrais correspondentes a seu cargo efetivo, nos termos dos artigos 139, 224 e 235 da Lei de nº 6.174/70, acrescidos de três (03) adicionais, de acordo com o artigo 170 e parágrafo único da mesma Lei, resultando em proventos em inatividade conforme cálculo de fls. 08, da Coordenadoria de Relação Trabalhistas, desta Casa.

(Prot. nº 5815/2001)

**ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 260/2001**

Conceder aposentadoria por invalidez a JOSÉ NASCIMENTO, matrícula nº 40826, funcionário deste Poder Legislativo, sob Regime Jurídico Único, exercendo o cargo de Agente Administrativo N-61, com vencimentos mensais e integrais correspondentes a seu cargo efetivo, nos termos dos artigos 139, 224 e 235 da lei de nº 6.174/70, acrescidos de dois (02) adicionais, de acordo com o artigo 170 e parágrafo único da mesma Lei, resultando em proventos em inatividade conforme cálculo de fls. 08, da Coordenadoria de Relação Trabalhistas, desta Casa.

(Prot. nº 3325/2001)

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 12.07.2001.

### Atos da Diretoria Geral:

O diretor geral da Assembléia legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

**R E S O L V E :**

**PORTARIA Nº 081/2001**

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao acervo de serviço público de EUGENIA CAETANO, matrícula nº 40580, funcionária desta Assembléia Legislativa, sob Regime Jurídico Único, exercendo o cargo de Agente Administrativo N-61, lotada na Diretoria de Assistência ao Plenário da Casa, admitida em 09 de julho de 1985, o tempo de seis (06) meses, relativo ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o período compreendido entre 21 de dezembro de 1992 e 21 de

dezembro de 1997, conforme lha faculta o artigo 248, da Lei de nº 6.174/70, assegurado pelo parágrafo 3º, do artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 20/98.

(Prot. nº 4991/2001)

Gabinete da Diretoria Geral, em 24.07.2001.

#### PORTARIA Nº 82/2001

conceder, licença para tratamento de saúde da servidora deste Poder Legislativo, JOYNE MERI SCHUHLLI, matrícula nº 40471, de dez (10) dias a partir de 19 de julho de 2001, término 28 de julho de 2001. CID.60.8.

(Prot. nº 7706/2001)

Gabinete da Diretoria Geral, em 07.08.2001.

#### PORTARIA Nº 83/2001

conceder, licença para tratamento de saúde da servidora deste Poder Legislativo, ANA MARIA ANTUNES, matrícula nº 40203, de trinta (30) dias a partir de 19 de julho de 2001, término 18 de agosto de 2001. CID.298.9/0.

(Prot. nº 7562/2001)

Gabinete da Diretoria Geral, em 08.08.2001.

#### PORTARIA Nº 84/2001

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao acervo de serviço público de MARCO ANTONIO MARCONCIN, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, exercendo o cargo de Consultor Legislativo "A", NU-2, Ref. IV, lotado no Gabinete da Procuradoria, o tempo de doze (12) meses, relativo ao dobro das licenças especiais a quem tem direito, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o período compreendido entre 21 de julho de 1985 a 21 de janeiro de 1990, antecipado em razão do 1º quinquênio; e durante o período de 21 de janeiro de 1990 a 21 de julho de 1994, antecipado em virtude do quinquênio anterior, conforme lha faculta o artigo 248, da Lei de nº 6.174/70, assegurado pelo parágrafo 3º, do artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 20/98.

(Prot. nº 6753/2001)

Gabinete da Diretoria Geral, em 24.07.2001.

#### PORTARIA Nº 85/2001

conceder, licença para tratamento de saúde do servidor deste Poder Legislativo, JACQUES FERREIRA NETO, matrícula nº 40072, de onze (11) dias, a partir de 26 de julho de 2001, término 06 de agosto de 2001. CID.10.N20.1.

(Prot. nº 8084/2001)

#### PORTARIA Nº 86/2001

conceder, licença para tratamento de saúde da servidora deste Poder Legislativo, ROSELI GOBBO ARAÚJO, matrícula nº 40393, de quarenta e cinco (45) dias, a partir de 09.08.2001, para acompanhar a menor Fernando Araújo Ponczkowski, que encontra-se internada na U.T.I., Pediátrica do Hospital Infantil Pequeno Príncipe. CID.091-3.

(Prot. nº 8323/2001)

Gabinete da Diretoria Geral, em 23.08.2001.

(a) ABIB MIGUEL

Diretor Geral

### Pedido de Adesão:

#### PROGRAMA DE DEMISSÃO VOLUNTÁRIA PEDIDO DE ADESÃO.

NILTON BARBOSA, matrícula nº 40401, endereço Rua Alberto Folloni, 590, bairro Juvevê, cidade de Curitiba, CEP: 80530-280-PR, remuneração mensal estimada R\$542,48, CPF: 277.327.039-87, lotação - D.G.

Solicito ao senhor doutor Abib Miguel, mui digno diretor geral deste Poder Legislativo, nos termos do Ato da Comissão Executiva nº 200, de 02 de maio de 2001, que trata do Programa de Demissão Voluntária - PDV, dos servidores deste Poder, em vigor, nesta data, a exoneração do cargo efetivo de: nível 061.

(Prot. nº 7510)

Curitiba, em, 17.07.2001.

(a) NILSON BARBOSA